

FARN

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO
RIO GRANDE DO NORTE

DIAGNÓSTICO SÓCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ

DIAGNÓSTICO SÓCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ

Monografia apresentada ao Curso de graduação
em Administração com Habilitação em Marketing
da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento
do RN como requisito obrigatório para obtenção do
grau de Bacharelado em Administração com
Habilitação em Marketing.

Micarla Cristiane Barbosa

Orientador(a):
Aluísio Albedio Dantas, MSc.

Natal/RN
2005

MICARLA CRISTIANE BARBOSA

DIAGNÓSTICO SÓCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ

DIAGNÓSTICO SÓCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Administração com Habilitação em Marketing da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharelado em Administração com Habilitação em Marketing.

Orientador (a):
Aluísio Alberto Dantas, MSc.

Natal/RN
2005



Catalogação na Publicação – Biblioteca da FARN
Setor de Processos Técnicos

Barbosa, Mícarla Cristiane

Diagnóstico socioeconômico do Município de Guamaré / Mícarla Cristiane
Barbosa. – Natal: FARN, 2005.
59 f.

Orientador: Aluisio Alberto Dantas (M.Sc.)

Monografia (Graduação do Bacharelado em Administração com Habilitação em
Marketing) – Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

1. Desenvolvimento Socioeconômico – Guamaré – Monografia. 2. Planejamento
Municipal – Guamaré – Monografia. I. Título.

RN/FARN/BC

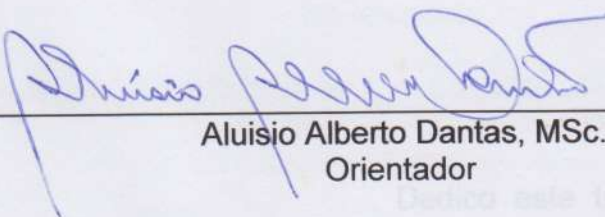
CDU 338.1



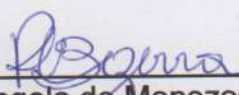
MICARLA CRISTIANE BARBOSA

DIAGNÓSTICO SÓCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ

Monografia apresentada ao curso de administração com habilitação em Marketing da Faculdade Natalense para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte e aprovada em _____ de _____ de _____, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:



Aluisio Alberto Dantas, MSc.
Orientador



Rosângela de Menezes Cortez Bezerra, MSc.
Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

Ao meu maravilhoso Deus, por ser responsável por este momento.

Aos meus pais, Antonio Carlos da Silva e Rajana Barbosa da Silva, pelo imenso amor e apoio a mim dedicados.

Ao meu supervisor Irajá Vieira, pelas palavras e atitudes de apoio.

Ao meu Orientador Aluizio Alberto Dantas, que despertou - me para o mundo acadêmico, demonstrando seus conhecimentos.

A professora Rosângela de Menezes, por sua humildade e compreensão.

A todos que fazem parte do Município de Guamarê que colaboraram diretamente ou indiretamente para tal realização.

Aos meus amigos Mônica Júnior e Kat Kacemar que contribuíram na conclusão deste trabalho.

Aos Companheiros da turma que estiveram ao meu lado nesta caminhada e pelos os bons momentos nestes quatro anos, em especial à Fabiana Domingos e Jenilson Daemaceno.

A todos Meus amigos e familiares que compreenderão a minha ausência e acreditaram no meu sucesso.

Ao incentivo de minha

A instituição FATEC pela qual

Ao Grupo da música do VI EJA

Ao amor incondicional de Andre

Dedico este trabalho exclusivamente aos meus pais, expressando meu amor e gratidão, por não terem poupado esforços na realização de meus sonhos e a todos aqueles que foram protagonistas dessa história acadêmica. Que é só o começo de uma longa caminhada em busca da minha realização profissional e pessoal.

AGRADECIMENTOS

RESUMO

Ao meu maravilhoso **Deus**, por ser responsável por este momento.

Aos meus pais, **Antonio Carlos da Silva e Rejane Barbosa da Silva**, pelo imenso amor e apoio a mim dedicados.

Ao meu supervisor **Itaécio Vieira**, pelas palavras e atitudes de apoio.

Ao meu Orientador **Aluizio Alberto Dantas**, que despertou - me para o mundo acadêmico, demonstrando seus conhecimentos.

A professora **Rosângela de Menezes**, por sua humildade e compreensão.

A todos que fazem parte do **Município de Guamaré** que colaboraram diretamente ou indiretamente para tal realização.

Aos meus amigos **Móises Júnior e Kat Kacener** que contribuíram na conclusão deste trabalho.

Aos Companheiros da turma que estiveram ao meu lado nesta caminhada e pelos os bons momentos nestes quatro anos, em especial à **Fabiane Domingos e Janilson Dasmaceno**.

A todos **Meus amigos e familiares** que compreenderão a minha ausência e acreditaram no meu sucesso.

Ao incentivo de minha amiga **Katarina Mota**.

À instituição FARN pela qualidade de ensino proporcionada.

Ao **Grupo da música do VI EJAC**, pela auto-estima proporcionada.

Ao amor incondicional de **André Castro e Noninha** (*in memorian*).

RESUMO

ABSTRACT

Trata das relações socioeconômicas do município de Guamaré/RN. O mesmo descreve o contexto em que desenvolvimento municipal historicamente tem sido dependente de propostas de planejamento das ações a curto, médio e longo prazos, principalmente no atendimento das necessidades básicas e infra-estruturais, bem como na formulação de políticas públicas voltadas para o atendimento das ações sociais que garantam o equilíbrio dos diversos segmentos populacionais. Destaca o município de Guamaré que é considerado atualmente, o que apresenta a maior potencialidade econômica e renda per capita do estado, revela-se como um laboratório de estudo para área de planejamento e de diagnóstico socioeconômico municipal. Analisa o desenvolvimento socioeconômico do município, procurando relacionar as suas potencialidades e respectivas propostas de planejamento macroeconômico. Justifica se o estudo, considerando o elevado contraste das riquezas econômicas geradas pela atividade de exploração e beneficiamento do petróleo, e, em contrapartida, o elevado índice de exclusão, social expresso no baixo índice de IDH. Conclui pela necessidade do planejamento, no sentido de garantir a inclusão social.

Palavras-chave: Planejamento Municipal. Desenvolvimento Sustentável. Inclusão Social. Investimento Industrial.

ABSTRACT

TABELA 1 - População

39

It deals with the socioeconomic relations of the city of Guamaré/RN. The same it describes the context in that municipal development has been historical dependent of proposals of planning of the actions the short, medium and long term, mainly in the attendance of the basic necessities and infrastructures, as in the formularization of public politics come back toward the attendance of the social actions which guarantee the balance of the diverse population segments. Detaches the county of Guamaré considered nowadays, that it presents the biggest economic potentiality and per capita income of the state, shows it as a laboratory of study for area of planning and municipal socioeconomic diagnosis. It analyzes the socioeconomic development of the county, looking to relate its potentialities and respective proposals of macroeconomic planning. It justifies the study, considering the high contrast of the economic wealth generated by the activity of exploration and improvement of the petroleum and counterpart the high index of social exclusion express low index of IHD. It concludes for the necessity of the planning in the direction to guarantee the social inclusion.

TABELA 12 - Destino do lixo

49

Key-words: Municipal Planning. Sustainable Development. Social Inclusion. Investment Industrial.

TABELA 14 - Mercado de trabalho

51

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – População.....	38
TABELA 2 – Sexo.....	39
TABELA 3 – Raça e Cor	40
TABELA 4 – Nacionalidade	41
TABELA 5 – Estado Civil	42
TABELA 6 – Deficiência	43
TABELA 7 – Serviço de Saúde	44
TABELA 8 – Tipos de moradia	45
TABELA 9 – Tipos de construção	46
TABELA 10 – Abastecimento de água	47
TABELA 11 – Tratamento da água	48
TABELA 12 – Destino do lixo	49
TABELA 13 – Escolaridade	50
TABELA 14 – Mercado de trabalho	51

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – População.....	38
GRÁFICO 2 – Sexo.....	39
GRÁFICO 3 – Raça e Cor.....	40
GRÁFICO 4 – Nacionalidade.....	41
GRÁFICO 5 – Estado civil.....	42
GRÁFICO 6 – Deficiência.....	43
GRÁFICO 7 – Serviço de Saúde	44
GRÁFICO 8 – Tipos de moradia.....	45
GRÁFICO 9 – Tipos de construção	46
GRÁFICO 10 – Abastecimento de água	47
GRÁFICO 11 – Tratamento da água	48
GRÁFICO 12 – Destino do lixo	49
GRÁFICO 13 – Escolaridade	50
GRÁFICO 14 – Mercado de trabalho	52
2.3.3 O controle das despesas públicas.....	20
2.4 O CONTROLE SOCIAL.....	21
2.5 RELAÇÕES DO PLANEJAMENTO.....	22
2.6 DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	23
2.7 DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.....	24
2.8 DESENVOLVIMENTO SOCIAL SUSTENTÁVEL.....	24
2.9 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL.....	25
2.10 NOVO MODELO DE GESTÃO.....	27
3 METODOLOGIA.....	28
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	29
3.2 UNIVERSO E AMOSTRA.....	29
3.3 COLETA DE DADOS.....	29
3.4 TRATAMENTO DE DADOS.....	30
4 ANÁLISE SÓCIOECONÔMICA DE GUAMARÉ.....	31

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	11
1.2 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE.....	12
1.3 OBJETIVOS.....	14
1.3.1 Objetivo geral.....	14
1.3.2 Objetivo específicos.....	14
1.4 JUSTIFICATIVA.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.....	16
2.1.1 Principais desafios da administração municipal	16
2.2 PLANEJAMENTO MUNICIPAL.....	17
2.3 ETAPAS DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL.....	18
2.3.1 Diagnóstico: análise do contexto.....	18
2.3.2 Legislação: Meios de execução.....	19
2.3.3 O controle das despesas públicas.....	20
2.4 O CONTROLE SOCIAL.....	21
2.5 RELAÇÕES DO PLANEJAMENTO	22
2.6 DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	23
2.7 DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.....	24
2.8 DESENVOLVIMENTO SOCIAL SUSTENTÁVEL.....	24
2.9 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL.....	26
2.10 NOVO MODELO DE GESTÃO.....	27
3 METODOLOGIA.....	29
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	29
3.2 UNIVERSO E AMOSTRA.....	29
3.3 COLETA DE DADOS.....	29
3.4 TRATAMENTO DE DADOS.....	30
4 ANALISÉ SÓCIOECONÔMICA DE GUAMARÉ.....	31

4.1 POTENCIALIDADES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ.....	31
4.1.1 O Petróleo, O Ouro Negro.....	31
4.1.2 O turismo.....	32
4.1.3 A Carcinocultura.....	32
4.1.4 Outras Potencialidades.....	33
4.2 FLUXO DE INVESTIMENTOS EM GUAMARÉ.....	33
4.2.1 Investimento Privado.....	33
4.2.2 Investimento Público.....	34
4.3 DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO DE GUAMARÉ.....	35
4.4 LEVANTAMENTO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ.....	37
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	53
REFERÊNCIAS.....	57
APÊNDICE	
ANEXOS	

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

O município de Guamaré está inserido e é protagonista dos novos contextos econômicos, os quais que expressam uma dinâmica que merece destaque na produção e exploração de suas potencialidades. Porém, apresentam contradições socioeconômicas, quando comparadas com os indicadores de outros municípios potiguares. Trata-se de um município com elevado índice de concentração de riqueza que nos últimos anos, não expressou em sua estrutura os efeitos sociais sob a luz da economia de subsistência, apesar de apresentar as condições oferecidas pelo Petróleo, as commodities e outros municípios do estado que

1 INTRODUÇÃO

O planejamento público é, historicamente, avaliado como um dos mais eficazes instrumentos de orientação das políticas públicas, em todos os níveis de administração social. No campo da administração municipal, o planejamento estrutural e conjuntural do município tem-se revelado como um forte orientador das ações públicas. Partindo dessas constatações, o presente estudo foi motivado pela preocupação em diagnosticar o município de Guamaré/RN e propor elementos para a formulação de um novo perfil de planejamento do referido município.

A importância do estudo decorre da influência que Guamaré exerce atualmente no contexto econômico do estado, onde ocupa, uma das maiores rendas per capita e do PIB (Produto Interno Bruto) total. Porém, tem um nível de carência e demanda social superior a um grande número de municípios pobres da região.

Portanto, pretende-se com o estudo diagnosticar as atividades econômicas, levantar e identificar os elementos favoráveis (pontos fortes e oportunidades) e os elementos desfavoráveis (pontos fracos e ameaças); bem como o perfil da nova forma de gestão atual, com o intuito de formular propostas de planejamento voltadas ao desenvolvimento sustentável de Guamaré.

Essas preocupações decorrem das potencialidades econômicas do município, fruto da elevada riqueza natural, principalmente da indústria petrolífera, o que remete para a formulação de cenários e perspectivas de muitos investimentos, gerando riquezas e exigindo do município o domínio de planos, programas e projetos bem planejados e adequados aos referidos cenários econômicos.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

O município de Guamaré está inserido e é protagonista dos novos contextos econômicos, os quais que expressam uma dinâmica que merece destaque na produção e exploração de suas potencialidades. Porém, apresentam contradições socioeconômicas, quando comparadas com os indicadores de outros municípios potiguaras. Trata-se de um município com elevado índice de concentração de riqueza, que nos últimos anos, não expressou, em seu território, os benefícios sociais da aplicação dos recursos provenientes da receita extra dos royalties concedidos pela Petrobrás, se comparados a outros municípios do estado, que

vivem apenas do FPM (fundo de participação dos municípios), mas que apresentam IDH (índice de desenvolvimento humano) superior ao referido município.

Abrigando a unidade de tratamento e processamento de fluídos (UTPF) - Pólo industrial - Guamaré é o segundo arrecadador de royalties do Rio Grande do Norte. Diante de tamanho potencial de recursos financeiros, bem como de suas potencialidades naturais, que poderiam ser aproveitadas para o turismo, encontram-se algumas contradições socioeconômicas, aos quais evidenciam problemas, tais como: a não prestação de serviços públicos adequados para a população local, a falta de uma estrutura urbana; a desqualificação da mão de obra local; e a exclusão social como um todo.

A busca pelo entendimento na contradição gerada pelos aspectos desta região remete a pensar sobre o de política pública que está sendo implantada; e de que maneira direcioná-la para os elementos estruturais e funcionais, tais como saneamento, transporte, saúde e educação, que possam e devam delinear fatores de desenvolvimento para o município.

Esta pesquisa retrata, pois, a situação em que se encontra o município de Guamaré; com isso procura-se rever o novo planejamento do município, visando o seu desenvolvimento socioeconômico, como forma de banir as deficiências existentes.

A problematização da pesquisa está inserida no seguinte questionamento:

Até que ponto o planejamento municipal atual poderá interferir no desenvolvimento socioeconômico de Guamaré?

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE

Guamaré significa água maré, por está localizada às margens das marés dos rios Miassaba e Aratuá. Inicialmente Guamaré pertencia a Assu, passando para Angicos em 1833, e em 1847 incluiu-se no território de Macau. Em 07 de maio de 1962, através da lei 2.744, foi desmembrada de Macau, tornando-se um novo município do Rio Grande do Norte.

A sua população total está em torno de nove mil habitantes sendo a maioria (54,13%) residente na zona rural e distribuída no distrito de Baixa do Meio e nos seguintes aglomerados: Acampamento da Petrobrás, Amaro, Baixa de Jurema, Betânia, Bom Jesus, Camurupim, Encruzilhada, Fazenda Cajarana, Fazenda Nova,

Lagoa de Baixo, Lagoa Doce, Lagoa Salgada, Mangue Seco, Ponta da Salina, Salina da Cruz, Vila Maria, etc.

Antes de encontrar petróleo, o município era estrategicamente importante, porque servia de ponto de partida de barcos e helicópteros, levando pessoal, mantimentos e equipamentos para as plataformas em operação na área. No início, uma novidade, a intensa movimentação se integrou à rotina dos moradores e o colorido dos uniformes emprestou novas cores à paisagem urbana da pacata cidade litorânea.

A produção comercial de petróleo em Guamaré teve início nos anos 80, onde a Petrobrás foi fator considerável para o seu desenvolvimento. O Pólo Industrial de Guamaré concentra-se todo o óleo e gás natural produzido na plataforma continental do estado e grande parte da produção terrestre. Nesta estação, o gás é recebido, tratado e enviado através do gasoduto Nordesteão, para a cidade pernambucana de Cabo, e alguns distritos industriais do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. No Pólo estão instaladas duas estações de tratamento de efluentes, cuja finalidade é tratar a água descartada nos processos industriais lá existentes.

A perspectiva industrial do município é relevante, considerando os investimentos de implantação de um porto de elevada capacidade e atracagem de navios; bem como a implantação de indústrias para produção de produtos químicos e derivados, com destaque para as refinarias de querosene de aviação, gasolina, óleos, graxas e indústrias de PVC. Este cenário terá um efeito multiplicador de investimentos, produção, renda e emprego; e demandará inúmeros serviços infraestruturais e políticas públicas orientadas para os serviços de educação, saúde e demais ações sociais.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Elaborar o diagnóstico socioeconômico do município de Guamaré.

1.3.2 Objetivos específicos

- Identificar as potencialidades econômicas;
- Descrever o fluxo de investimentos em Guamaré;
- Formular e sugerir diretrizes para o planejamento municipal de Guamaré.

1.4 JUSTIFICATIVA

Apesar de ser considerada um grande pólo industrial do nordeste, Guamaré tem um grande nível de exclusão social, resultante do elevado contingente de mão-de-obra local desqualificada. Este fato tem gerado a busca de profissionais mais capacitados em outras localidades, e compatíveis com o grande crescimento industrial petrolífero que é considerado a principal atividade econômica da cidade. A importação de mão-de-obra qualificada indica a necessidade da modernização, na busca da inclusão social como geradora de empregos para resolução de problemas coletivos.

Conforme Kisil ; Marcovitch (1997, p.125) "As iniciativas sociais de interesse público podem constituir importante fonte de geração de empregos". E é nesse âmbito social que o município de Guamaré deve buscar uma harmonia que coloquem os investimentos empresariais a serviço de objetivos sociais. Cabendo, portanto promover atividades socialmente úteis, economicamente viáveis e profissionalmente recompensadas, de forma explícita e transparente.

Justifica-se o presente estudo, considerando a necessidade de se efetuar uma análise, com rigorosidade técnica e científica, com o intuito de fundamentar planos de ação ao nível do município.

É necessário subsidiar um planejamento político administrativo de longo prazo, principalmente para a formação da política pública que promova

transformações nas relações sociais de produção e distribuição no município de Guamaré.

2.1.3 No relacionamento com a instituição de ensino a FARN - Faculdade Natalense para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, terá um enriquecimento na biblioteca da mesma, com um material literário acadêmico ligado a um diagnóstico de um município que vem repercutindo questionamentos em âmbito nacional. *segundo com Cristella Junior (1997, p.13): "Administração é toda atividade"*

Como aluna formanda do curso de administração com habilitação em Marketing, o projeto contribuirá para a formação pessoal e profissional da autora como primeiro passo de interesse contínuo para uma pós-graduação em gestão pública e desenvolvimento regional na realização de um sonho e na busca de um desenvolvimento sustentável para o município.

Segundo o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, a realidade global, hoje é marcada pelo crescimento exacerbado das desigualdades e da exclusão social, por uma generalizada incerteza quanto ao futuro, e crescentes reivindicações e anseios da sociedade por bem estar. Estamos numa economia globalizada com uma tecnologia cada vez mais avançada confrontada com uma mão-de-obra pouco qualificada, onde os países que não acompanharam este ritmo tecnológico ficaram para trás na luta contra a deterioração de toda a matéria-prima. É neste quadro de contornos imprecisos que estamos inseridos. O Brasil, o Rio Grande do Norte e Guamaré, na qual desejamos trazer novos caminhos, impõem a ação governamental no âmbito municipal através do estabelecimento de objetivos claros e da aplicação correta de estratégias na construção de uma sociedade próspera e com maior grau de inclusão social, segundo a estratégia do O.A. Plano Plurianual (2006-2009).

2.1.4 Principais desafios da administração municipal

As evidências demonstram que a pobreza, a desigualdade e o desemprego associados às precárias condições de alimentação, saúde, educação e moradia, caracterizam para a marginalização de segmentos sociais que não têm acesso a esses bens essenciais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

No âmbito do município, ocorrem a todo o momento problemas administrativos, cabendo a administração municipal resolvê-los.

De acordo com Critella Junior (1981, p.13), "Administração é toda atividade que o estado desenvolve mediante atos concretos e executórios para execução direta, ininterrupta e imediata do público". Na verdade o autor defende o termo administração municipal, não só como uma máquina administrativa, acionada ao poder executivo local, como também a atividade desenvolvida para a consecução dos fins de interesse da comuna.

Segundo o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, a realidade global, hoje é marcada pelo crescimento exacerbado das desigualdades e da exclusão social, por uma generalizada incerteza quanto ao futuro, e crescentes reivindicações e anseios da sociedade por bem estar. Estamos numa economia globalizada com uma tecnologia cada vez mais avançada confrontando com uma mão-de-obra pouco qualificada, onde os países que não acompanharem este ritmo tecnológico ficarão para trás na luta contra a desvalorização de suas matérias-primas. É neste quadro de contornos imprecisos que estamos inseridos, O Brasil, o Rio Grande do Norte e Guamaré, na qual desejamos trilhar novos caminhos impondo a ação governamental no âmbito municipal através do estabelecimento de objetivos claros e da aplicação correta de estratégias na construção de uma sociedade próspera e com maior grau de inclusão social, seguindo a essência do CA, Plano Plurianual: (2006-2009).

2.1.1 Principais desafios da administração municipal

As evidências demonstram que a pobreza, a desigualdade e o desemprego associados às precárias condições de alimentação, saúde, educação e moradia, concorrem para a marginalização de segmentos sociais que não tem acesso a esses bens essenciais.

Segundo o Plano Plurianual 2006/2009 enfrentar este quadro é o principal desafio da administração municipal como um todo através de alguns desafios, como:

- Adotar o planejamento estratégico como principal instrumento da administração, elaborado com a participação da sociedade;
- Construir canais de articulação entre o poder público e a sociedade com base na transparência e no processo de identificação de demandas;
- Implantar o orçamento participativo em todo o processo orçamentário do município;
- Capacitar o servidor público municipal, objetivando sua qualificação profissional;
- Adotar uma política salarial que contribua para a atração, retenção e motivação das pessoas.

2.2 PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Levando em conta a realidade brasileira, faz-se necessário que o município implante o planejamento, no intuito de realizar o desenvolvimento socioeconômico das cidades. O município deve programar políticas endógenas a fim de possibilitar a prosperidade dos municípios e o progresso econômico (CLARCK, 2005). Hoje o poder local e os agentes econômicos não podem ficar à espera das políticas econômicas desenvolvidas pela união e/ou estados, para fomentar a indústria do turismo e gerar novos empregos. Sendo imprescindível retirar uma radiografia do município, levantando todos os problemas existentes e as particularidades regionais para propor ações, metas e objetivos para alcançar o desenvolvimento. Tanto nas fases de elaboração e execução do planejamento, sendo preciso a participação dos segmentos sociais para atingir o sucesso. O planejamento municipal se constitui, pois, num meio necessário para harmonizar recursos totais existentes com necessidades de bem-estar da população sendo o documento de planejamento apenas um ponto de partida, roteiro, guia, que precisa estar permanentemente sendo revisto e alterado, e que receberá do seu ambiente os subsídios para modificação.

2.3 ETAPAS DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

O planejamento como um todo é a elaboração de planos. No qual se inicia com a definição de objetivos e análise do contexto, a definição dos meios de execução e a definição dos meios de controle. No âmbito municipal as etapas foram assim definidas:

2.3.1 Diagnóstico: análise do contexto

Antes do planejamento se faz necessário um diagnóstico socioeconômico do município, como forma de identificar os principais problemas existentes. Segundo Tavares (2000, p. 268) “a principal função do diagnóstico é permitir uma comparação entre” o que é “e o como deveria ser ou que se pretende”. A partir dessa comparação, deve procurar determinar a magnitude do hiato ou da distância entre uma situação e outra. Procurando o que necessita ser eliminado ou reduzido, de forma a viabilizar a implantação de estratégias.

Vale ressaltar que para iniciar a construção de tal diagnóstico torna-se necessária a criação de um canal de comunicação entre governo municipal e sociedade, como representantes de conselhos, associações, organizações não-governamentais e sindicatos, aos quais poderão encaminhar problemas coletivos melhores diagnosticados, contribuindo na definição de estratégias e ações do poder público.

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA (2005) mencionou que a gestão pública moderna nada pode ser feita sem o uso da informação. Para tanto, a informação é a ferramenta mais importante do planejamento; é uma facilitadora na formulação e avaliação de políticas, planos e programas do governo na tomada de decisões.

Vale mencionar que é através do uso adequado da informação que pode chegar a um diagnóstico claro e preciso, na avaliação das metas do planejamento e no acompanhamento dos resultados, identificando os impactos do planejamento público municipal com a realidade na qual tal gestão atua.

Tendo o planejamento como primeira etapa de atividades, a busca de informações sobre a situação passada e presente do município, não só colocando diretamente em contato com as realidades econômicas, sociais e geográficas

existentes, como avaliando as ações que realizam as unidades de execução do governo local. Nessa etapa, o foco de interesse é conhecer e compreender os problemas que vivem essa população nessa área, tanto no âmbito global como no da competência legal do governo municipal.

2.3.2 Legislação: meios de execução

Para uma melhor afirmação da cidadania nos últimos anos houve uma mudança da cultura burocrática para a cultura gerencial quanto ao instrumento planejamento público. Estreitando a relação entre estado e sociedade com o intuito de uma orientação estratégica de desenvolvimento local e regional em longo prazo e planejamento participativo.

Segundo Andrade (1968, p. 186) "o planejamento visa promover o desenvolvimento sócio-econômico do país e a segurança nacional através do plano geral de governo e programas regionais de duração plurianual".

Em 2002, o Ministério de Planejamento, Orçamento E Gestão Federal apresentou o manual de elaboração de programas do plano plurianual, com elementos integradores do planejamento, do orçamento e da gestão pública que se expressam nos seguintes documentos legais: O Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual-LOA. No que diz respeito ao conteúdo do PPA, a norma geral resume-se:

A lei que institui o Plano Plurianual de estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. (art. 165,1º, da CF).

Quanto aos os instrumentos do sistema orçamentário citado, deve haver uma integração. "Deve se ter presente que a natureza jurídica especial dos instrumentos garante caráter ordenador do PPA sobre a LDO, e de ambos sobre a LOA".(GIACOMONI, 2004, p. 88)

De acordo com a constituição Brasileira (BRASIL,2003) as principais disposições neste sentido são:

- O PPA estabelecerá "as diretrizes, objetivas e metas" (art.165,1º);
- A LDO "compreenderá as metas e prioridades da administração pública [...]" e orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual "(art.165,2º)";

➤ Os orçamentos “compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais” (art.165,7°);

➤ “As emendas ao projeto de lei orçamentária Anual ou aos projetos que o modifiquem somente poderão ser aprovadas caso I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias” (art.166,3°);

➤ “As emendas ao projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual” (art.166,4°);

➤ “Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual” (art.167, 1°).

2.3.3 O controle das despesas públicas

O Brasil está passando por um período de ajustamento à crise econômica, e os gastos públicos têm um papel-chave nesse período, onde as políticas econômicas têm sido inibidoras da expansão das despesas públicas.

Dando um papel importante ao orçamento público, como instrumento de controle, além de político, administrativo e econômico. É a hora de um planejamento orçamentário reforçando o controle como uma ferramenta indispensável para a eficácia de seus objetivos e metas.

Segundo Glastone (apud CERTO; PETER, 1993, p. 98) célebre ministro das finanças da Inglaterra /1868-74, “as despesas que excedem as legítimas necessidades do país constituíam não apenas desperdício pecuniário, mas um grande mal político e, acima de tudo moral”.

Além disso, deve ser considerada a lição de Schick (apud CERTO; PETER, 1993, p.98): “O controle será sempre o primeiro problema de qualquer processo orçamentário”. Lembrando que tal processo é flexível e está sujeito a revisões periódicas, diante da mudança de metas do plano, da criação de novas oportunidades ou riscos que não foram previstos.

De acordo com Certo ; Peter (1993, p.98) há duas medidas de desempenho do controle, uma de acordo com os resultados esperados onde, não há necessidade de ações corretivas; e a outra o inverso, havendo necessidade de tais correções.

Sendo assim, tudo está previsto a mudanças, e o gestor de tais fases do processo tem que se adequar e continuar caminhando em direção aos seus

objetivos, verificando se os mesmos continuam adequados. Os objetivos do controle na administração pública são:

- Proteger os ativos da organização dos erros intencionais ou não e das irregularidades que se possam produzir. Ex: Podem ocorrer formas de omissões nos procedimentos, inadequações, cálculos errados, etc. Já que existe a possibilidade de fraudes, malversações dos recursos, o uso indevido de bens da organização. O sistema de controle deve estabelecer um conjunto de normas que impeça impropriedades, ou, pelo menos assegure a rápida detecção dessas situações.
- A obtenção de informações corretivas e seguras que permitam a tomada de decisões acertadas tanto no âmbito interno como no externo, visando à realimentação de informações para a correção de políticas públicas.
- Conseguir adesão às políticas gerais da organização com o engajamento dos recursos e as pessoas numa melhor combinação de esforços.
- O controle deve procurar levar a organização a atingir os fins que justificam a sua existência como organização. Na administração pública este fim é o interesse público manifestado via sistema democrático.
- Promover a eficiência e eficácia nas operações da organização por meio de uma utilização racional dos recursos disponíveis.

2.4 O CONTROLE SOCIAL

O controle da administração pública surge dessa necessidade de correção de rumos frente aos interesses da sociedade, que foram legitimados nas propostas dos candidatos vencedores nas eleições, e da obrigação ética de utilização regular dos recursos públicos. Além disso, quando prevalece a má-fé ocorrem também roubos e desmandos, traduzindo - se num maior esforço da sociedade para arcar com os custos dessas impropriedades. O controle social como parte de um processo administrativo e político, faz com que a sociedade tenha a função de alimentação do ciclo com as informações que permitam o ajuste, a correção e os novos planejamentos. Conforme o esquema a seguir:

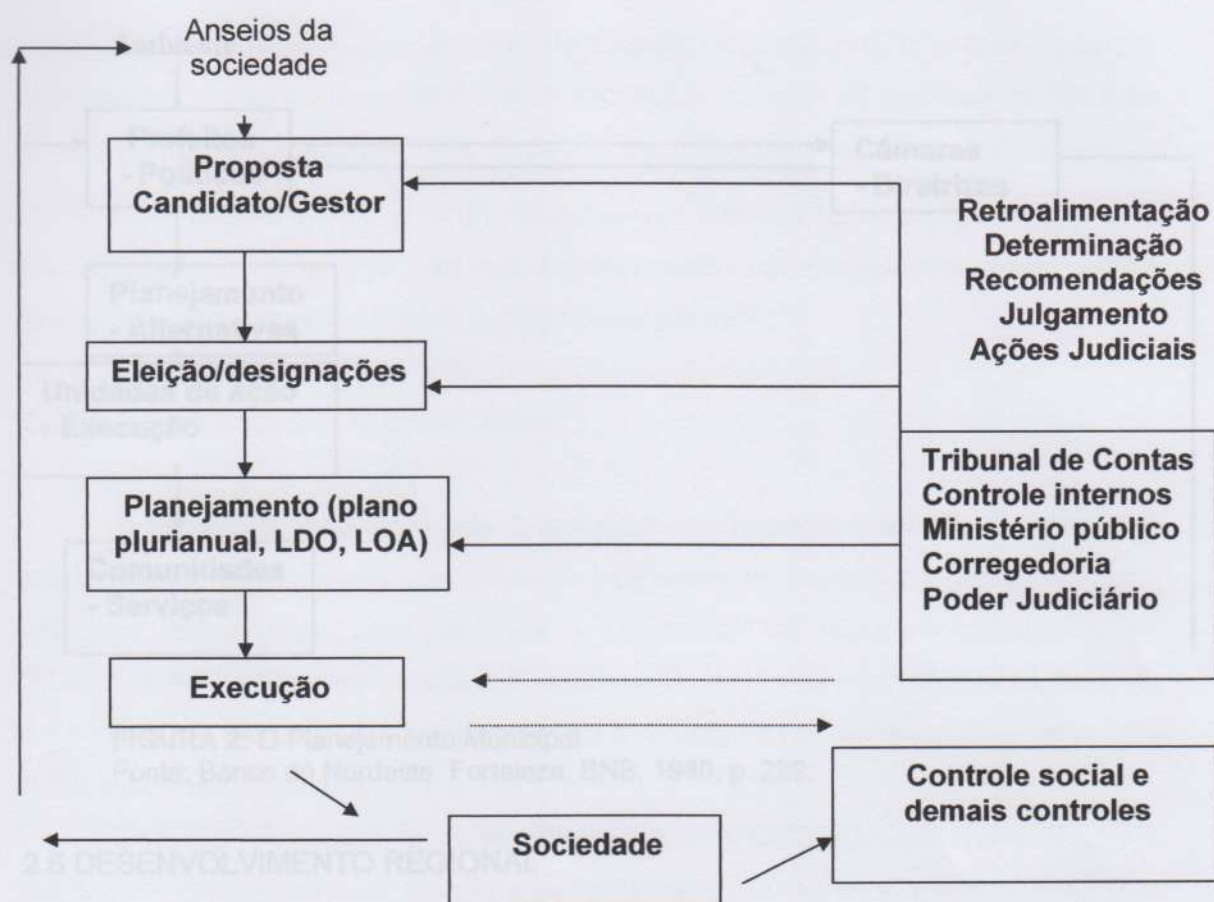


FIGURA 1 - Esquema de Controle Social na Administração Pública.
 Fonte: Banco do Nordeste. Fortaleza: BNB. 1980. p. 228.

2.5 RELAÇÕES DO PLANEJAMENTO

Criadas para assessorar o prefeito, as relações da unidade de planejamento com o executivo municipal devem ser as mais estreitas possíveis, uma vez que seu principal objetivo na elaboração das políticas de governo é delimitar o alcance de influências e prestígios pessoais. Tornando possível cumprir o objetivo último do planejamento, adequar meios e finalidades definidas em razão da identificação de necessidades. A existência de um processo de planejamento municipal pressupõe que seja a sociedade a grande beneficiária, e com esse objetivo deve ser implantado o plano. Com a participação do executivo e do legislativo, de técnicos e servidores da prefeitura, com diferentes pontos de vista e experiências que devem ser consideradas para o enriquecimento do conteúdo do planejamento. Seguindo a seguinte Figura do planejamento municipal:

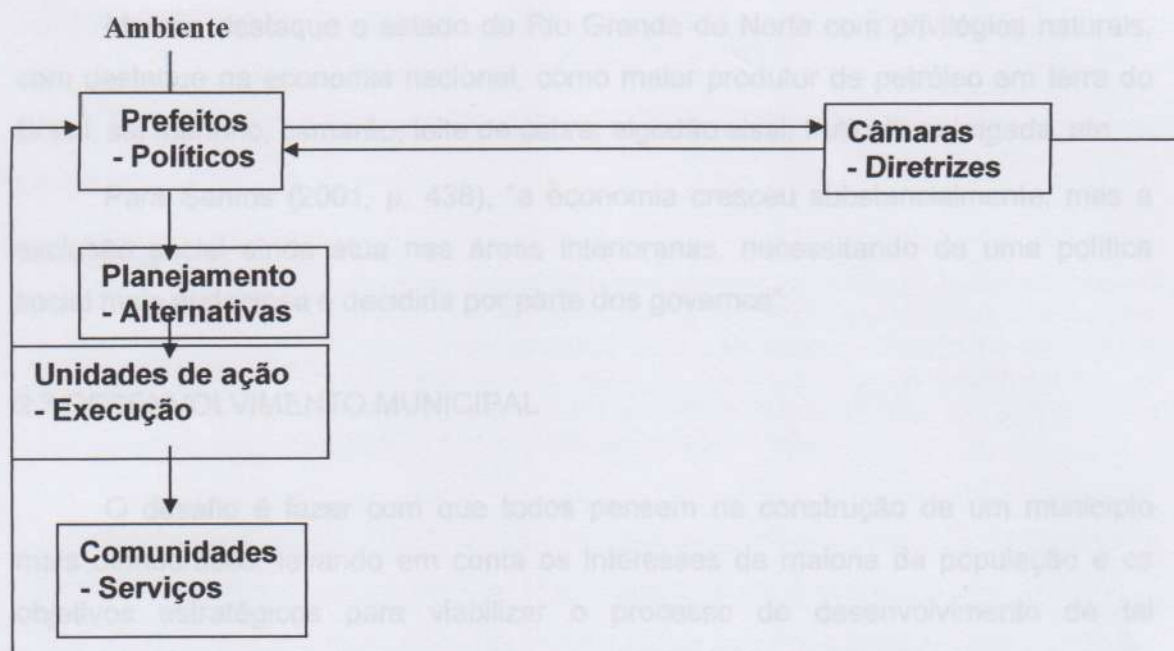


FIGURA 2: O Planejamento Municipal

Fonte: Banco do Nordeste. Fortaleza: BNB, 1980. p. 229.

2.6 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O desenvolvimento de uma região depende da união de vários setores como: governo, Ongs, empresários, etc.

Vale ressaltar que para um desenvolvimento mais eficiente a participação da população é imprescindível.

Segundo Holanda (1979, p.63) não basta executar programas setoriais isolados, cuja viabilidade será sempre limitada pela falta de um adequado grau de complementaridade industrial e da correspondente economia de aglomeração.

Estes programas estão ultrapassados, pois não dão valor aos que realmente necessitam, esquecendo na melhor forma de geração de renda, desenvolvimento social e emprego.

Conforme Souza (1979, p.99) a evolução desse processo histórico levou a um ponto crítico, a requerer políticas, ações e medidas capazes de atender a população com a necessidade de um plano regional de forma contínua para todos os setores da economia.

Merece destaque o estado do Rio Grande do Norte com privilégios naturais, com destaque na economia nacional, como maior produtor de petróleo em terra do Brasil, sal marinho, camarão, leite de cabra, algodão sisal, fruticultura irrigada, etc.

Para Santos (2001, p. 438), "a economia cresceu substancialmente, mas a exclusão social ainda atua nas áreas interioranas, necessitando de uma política social mais audaciosa e decidida por parte dos governos".

2.7 DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

O desafio é fazer com que todos pensem na construção de um município mais democrático, levando em conta os interesses da maioria da população e os objetivos estratégicos para viabilizar o processo de desenvolvimento de tal município. As políticas de desenvolvimento do Município devem projetar-se para um futuro voltado para o lado sócio-econômico buscando a melhoria dos custos de desenvolvimento humano.

Segundo discussão no SEMINÁRIO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PPA 2006/2009 (2005) para se ter um desenvolvimento humano, é preciso: ampliar a oferta dos serviços de saúde, ampliar o atendimento domiciliar ao idoso possuidor de algum tipo de dependência, ampliar a rede de atendimento a portadores de necessidades especiais, erradicarem o trabalho infantil e elevar a auto-estima dos jovens e das famílias, a partir do envolvimento em programas sociais. Quanto ao desenvolvimento sócio-espacial: promover a regularização fundiária num programa de inclusão social, saneamento básico e a mobilidade urbana.

Fazendo-se necessária a conscientização da busca do desenvolvimento sustentável, não só com crescimento econômico, mas da qualidade de vida, através do compromisso e atuação da administração local, no sentido de desencadear a sustentabilidade e implementar um plano de ações em longo prazo.

2.8 DESENVOLVIMENTO SOCIAL SUSTENTÁVEL

Ao longo dos últimos 25 anos, um dos aspectos mais discutidos numa perspectiva global, tem sido o papel a ser desempenhado pela administração pública para o alcance do desenvolvimento sustentável, quer na dimensão econômica, quer

na dimensão social. A participação popular é nessa concepção, um processo educativo e promotor de desenvolvimento.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Zona Homogênea do Litoral Norte (2002, p.10)

No planejamento do desenvolvimento sustentável, a participação da sociedade civil na formulação e na gestão das políticas é umas das estratégias fundamentais para seu sucesso. Sendo as pessoas o alvo e também a variável essencial do desenvolvimento no estabelecimento de um ambiente favorável para um processo de políticas públicas que a sociedade almeje.

Segundo Colman (1981, p. 20) "o desenvolvimento pode ser considerado como um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores".

Concluindo que tais valores deveriam seguir critérios como: Racionalidade de recursos; Igualdade social; Democracia na Zona rural; Disciplina social;

Todos estes, como um passo para atingir o tão sonhado e almejado desenvolvimento sustentável, tomando como base o diagnóstico dos indicadores sócio-econômicos. Mas não são suficientes, porque o ataque apropriado à exclusão social e má distribuição de renda exigem também crescimento sustentado, com geração de riqueza distribuída de forma equânime. Que crescimento sem equidade era crescimento sem desenvolvimento, e tudo começava com a satisfação das necessidades básicas como saúde e educação abrindo oportunidades para novos empreendimentos.

Conforme Kisil (1997, p. 147)

a condução de um processo de desenvolvimento sustentado local exige gastos com pessoas, tempo e recursos financeiros. Procurando os recursos financeiros, além do uso dos recursos disponíveis, como fontes do dinheiro público ao privado. Preocupando se com alguns aspectos importantes da vida da comunidade

➤ Benefícios sociais em termos de educação, saúde, nutrição, abastecimento de água e/ou outras vantagens publicas, refletidas em indicadores sociais como mortalidade infantil, taxa de analfabetismo etc;

2.10.1 ➤ Busca da eliminação de discriminação por razões de sexo, raça, idade ou mesmo econômicas, de modo a aumentar as oportunidades de desenvolvimento para grupos que competem em desvantagem por causa da discriminação existente;

2.10.2 ➤ Busca de uma equidade na distribuição dos benefícios de desenvolvimento, seja na melhoria da renda individual e familiar, seja na acessibilidade a bens e serviços que atendem necessidades básicas do indivíduo; e

2.10.3 ➤ Busca de mecanismos efetivos de participação da comunidade na tomada de decisão que afeta o processo de desenvolvimento, ampliando os espaços para o exercício da cidadania.

O desenvolvimento sustentável promovido no interior do país, nos municípios menos favorecidos tornou-se uma geração de lucros para os que acreditam nos projetos, como também uma alternativa para solução de problemas sociais. Os projetos de desenvolvimento local representam uma oportunidade de se criar cidadãos competentes, com poder e mobilizados para o bem-estar comum da coletividade.

2.9 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Os países desenvolvidos como minorias transmitem as suas tecnológicas para os subdesenvolvidos, onde estes buscam seu desenvolvimento econômico que se torna desigual devido a uma desqualificação de sua mão-de-obra devido a ausência de um sistema eficiente de aprendizagem, seja nos centros de trabalho ou escolas especiais. "É uma situação que requer a elaboração de um plano de desenvolvimento que inclua não somente preceito para ajustamentos econômicos mas a canalização da evolução cultural e social associadas" (HOSELITZ, 1964, p.35)

Tendo como exemplo o município de Guamaré devido o atraso do aparelho público municipal, como medida de correção, os investimentos na capacitação dos recursos humanos da administração municipal, visando promover uma mudança de mentalidade e introduzir novas competências técnicas e profissionais, adequadas aos postulados do desenvolvimento social e econômico sustentável e ao novo modelo de gestão focado em resultados.

➤ Formular políticas e definir objetivos;

➤ Definir as metas e traçar as estratégias de ação;

2.10 NOVO MODELO DE GESTÃO

O estado do Rio Grande do Norte vem passando por grandes mudanças na sociedade na sua forma de gestão. Essas transformações colocaram as instituições públicas e privadas diante do desafio de se adaptar a um universo em constante mudança.

Segundo o Plano Plurianual 2006-2009 (2005) a mudança se dá por um processo permanente de ajustes das organizações pública e privada às mudanças de seu ambiente externo.

Essa nova realidade exige que o poder público de Guamaré, reavalie sua forma de atuação e se reposicione frente à sociedade, adotando novos princípios de gestão e um novo tipo de planejamento, para responder aos desafios sociais, econômicos e políticos.

O novo planejamento baseia-se na integração dos instrumentos de planejamento, orçamento e gestão, organizados segundo três horizontes de tempo: Longo prazo (Planos de desenvolvimento); Médio prazo (Plano plurianual); e curto prazo (Leis orçamentárias) e no cumprimento da lei de responsabilidade fiscal.

Um dos aspectos mais importantes da Lei de responsabilidade fiscal é a questão do planejamento, onde os gestores devem se preparar para serem capazes de administrar suas finanças de forma mais planejada. A criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarretam aumento das despesas de caráter continuado e deve estar compatível com o PPA e com a LOA.

Segundo Tonet (2001), o dirigente responsável procura aperfeiçoar os resultados de sua gestão, fazendo uso do planejamento. Que se tornou imprescindível, a partir da emissão de um documento como base para revisões contínuas, para novos e aprofundados estudos sobre o ambiente, as ameaças e as oportunidades que se apresentam, e as novas demandas da sociedade. E é através de um minucioso diagnóstico da situação ou realidade local do município, que tem como finalidade reunir as informações necessárias à avaliação do contexto, que permite:

- Identificar e delimitar os aspectos que deverão ser objeto de uma planejada mudança;
- Formular políticas e definir objetivos;
- Definir as metas e traçar as estratégias de ação;

Araújo (2001-2002) define que a compreensão de que o maior desafio do setor público brasileiro é de natureza gerencial, fez com que, na década de 90, se buscasse um novo modelo de gestão pública focado em resultados e orientado para o cidadão.

Esse modelo de gestão pública deveria orientar as organizações nessa transformação gerencial e ao mesmo tempo, permitir avaliações comparativas de desempenho entre organizações públicas brasileiras e estrangeiras na busca da excelência em gestão, baseado nos seguintes princípios de qualidade:

- Envolvimento de todos;
- Gestão pública participativa;
- Gerência de processos;
- Valorização das pessoas;
- Constância de propósito e visão de futuro;
- Melhoria contínua;
- Gestão proativa;

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo em questão abrange todo o município de Guimarães. O plano amostral abrange 1.040 pessoas entre as, gestores municipais, líderes comunitários e religiosos, professores, empresários, representantes de entidades de base e a população local.

Para Lakatos e Marconi (1998, p. 43), universo ou população "é o conjunto de seres animados e inanimados que apresenta pelo menos uma característica em comum".

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa é do tipo exploratória e descritiva, considerando tratar-se de um estudo aplicado a realidades municipais, no que se refere à identificação de propostas para problemas econômicos e sociais da população local. Considerou-se a necessidade de avaliar a condução do planejamento e da gestão municipal de Guamaré, ao longo dos últimos anos, com o intuito de avaliar resultados e formular diretrizes de planejamento municipal.

Afirma o professor Oliveira (1998, p. 114) "que o trabalho descritivo provoca abranger aspectos gerais e amplos de um contexto social, e possibilita o desenvolvimento de um nível de análise em que se permite identificar as diferentes formas dos fenômenos, sua ordem e classificação".

"Os estudos descritivos dão margem também à explicação das relações de causa e efeitos dos fenômenos, ou seja, analisar o papel das variáveis que, de certa maneira, influenciam ou causam o aparecimento dos fenômenos". (OLIVEIRA, 1998, p. 114).

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo em questão abrange todo o município de Guamaré. O plano amostral abrange 1.040 pessoas entre elas, gestores municipais, líderes comunitários e religiosos, professores, empresários, representantes de entidades de base e a população local.

Para Lakatos e Marconi (1999, p. 43), universo ou população "é o conjunto de seres animados e inanimados que apresenta pelo menos uma característica em comum".

3.3 COLETA DE DADOS MÚNICIPA DE GUAMARÉ

A coleta de dados foi feita na Prefeitura Municipal de Guamaré. Os dados serão coletados através de análise documental, questionários e entrevistas estruturadas.

3.4 TRATAMENTO PARA ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram tratados qualitativamente e quantitativamente, utilizando os recursos das informações dos softwares microsoft word e excel.

4.1 POTENCIALIDADES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ

4.1.1 O Petróleo, O Ouro Negro

A economia do município de Guamaré, desde os primórdios de sua história, esteve baseada na pesca e na extração de sal. Em 1975 com a descoberta do petróleo em seu litoral, iniciou-se uma nova fase econômica no município que hoje corresponde a 83% de sua economia.

A extração, na Plataforma de Liberdade 06(PUB-6), teve início em 16 de julho de 1975, onde eram extraídos diariamente, cinquenta e três milhões de litros de petróleo.

4 ANÁLISE SÓCIOECONÔMICA DE GUAMARÉ

Consta no presente capítulo a análise dos questionamentos realizados diretamente com as entidades que atuam no município de Guamaré, através de representantes que detêm informações sobre os aspectos econômicos, sociais, institucionais, bem como sobre as demandas de planejamento e necessidades infra-estruturais do município.

A pesquisa direta foi feita com os representantes dos seguintes órgãos: Petrobrás, Prefeitura Municipal de Guamaré: (secretários de Obra, Educação e Planejamento), representantes de entidade de base e conselhos comunitários.

Conforme a metodologia, os questionamentos pesquisados abordaram diversos aspectos inerentes aos investimentos capitalistas relacionados à exploração e o beneficiamento do petróleo; às demandas estruturais do município; à necessidade de planejamento; e as perspectivas sócio-econômicas, fruto dos investimentos capitalistas e do processo de produção industrial realizado no município.

Além da pesquisa, o presente estudo analisa dados secundários obtidos do relatório final do projeto de levantamento dos indicadores sócio-econômicos do município de Guamaré, desenvolvido pela secretaria de planejamento do município de Guamaré, onde são apresentadas as variáveis: população rural e urbana, sexo, raça e cor, nacionalidade, estado civil, deficiência física, serviço de saúde, tipos de moradia, tipos de construção, abastecimento de água, tratamento da água, destino do lixo, escolaridade e mercado de trabalho.

4.1 POTENCIALIDADES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ

4.1.1 O Petróleo, O Ouro Negro

A economia do município de Guamaré, desde os primórdios de sua história, esteve baseada na pesca e na extração de sal. Em 1975 com a descoberta do petróleo em seu litoral, iniciou-se uma nova fase econômica no município que hoje corresponde a 83% de sua economia.

A extração, na Plataforma de Ubarana 06(PUB I), teve início em 16 de junho de 1976, onde eram extraídos diariamente, oitenta e três metros cúbicos de petróleo.

A presença da Petrobrás em Guamaré é fator considerável para o desenvolvimento de toda a região. O Pólo Industrial de Guamaré, construído pela Petrobrás para beneficiar o óleo e o gás natural oriundos dos campos marítimos de Ubarana e Agulha, e campos terrestres de todo o estado é assim constituído:

- Estação de tratamento de óleo: recebe e trata cerca de 120 mil barris de petróleo diariamente. Esta produção é enviada para refino, através de navios que se utilizam do porto de Guamaré.
- Estação de Compressores: recebe dois mil e duzentos metros cúbicos de gás natural por dia, e os comprime para que possam ser fracionados. É a maior estação de compressores da América Latina.
- Unidade de Processamento de Gás Natural: Fraciona o gás natural, produzindo GLP, C5+ e gás industrial. A produção local da GLP é cerca de 310 toneladas ao dia (26.000 botijões/dia), enquanto que a de gás industrial é de 730.000 Mm /dia. O gás industrial é vendido para toda a região através do gasoduto "Nordestão".
- Estação de tratamento de Efluentes: trata toda a água e resíduos do processo segundo exigentes normas ambientais, antes de devolvê-los à natureza.

4.2.1 Investimento Privado

4.1.2 O turismo

O verde do mangue, o céu azul anil, o sol que brilha o ano inteiro e o tapete branco das dunas que emolduram o município de Guamaré e o coloca como um pedacinho dessa aquarela brasileira. O turismo representa 8% de sua economia com suas belas pousadas, suas ilhas e os festejos locais que atraem os municípios vizinhos, como: o carnaval, a paixão de Cristo, o aniversário da cidade, o São João, a festa de navegantes e a festa da Padroeira.

4.1.3 A Carcinocultura

O Rio Grande do Norte responde atualmente por 41% da produção nacional de camarão produzido em cativeiro. Segundo a ABCC (Associação Brasileira de Criadores de Camarão), o estado conseguiu ultrapassar o Ceará nas produções exportações do camarão. Os exportadores potiguares venderam 9,4 toneladas de camarão para o mercado exterior, o equivalente a 36,2 milhões de dólares,

comprovando que o Rio Grande do Norte é o maior produtor do país, possuindo a maior área destinada à implantação de viveiros, cerca de três hectares. Guamaré faz parte de todo este crescimento e desenvolvimento, mesmo representando 5% de sua economia.

4.1.4 Outras Potencialidades

A agricultura é de subsistência, mas o município voltou a plantar algodão e espera uma boa colheita.

A pecuária é uma atividade pequena, o destaque fica para a criação de ovinos e caprinos.

A pesca é uma atividade movimentada em Guamaré. Com o apoio da colônia de pescadores, o pescado além de abastecer a cidade é vendido também em outros municípios. Há abundância também de mariscos, siris e caranguejos nos rios.

4.2 FLUXO DE INVESTIMENTOS EM GUAMARÉ

4.2.1 Investimento Privado

A força da economia potiguar vem do subsolo, do petróleo. Os números – quase sempre gigantescos – indicam que a atividade está em pleno vapor e gera riquezas para inúmeras famílias do Rio Grande do Norte. Da exportação de óleo bruto aos projetos sociais, a Petrobrás chega aos 25 anos de atividade no estado com o desafio de manter o desenvolvimento.

Os investimentos vão desde as pesquisas para descoberta de novas áreas de exploração, até a implantação de projetos capazes de dar auto-suficiência ao RN, em alguns derivados de petróleo, como a expansão da Planta de Querosene de Aviação (QAV) em Guamaré que aumenta a produção de querosene em avião e dobra a produção de diesel, um projeto em torno de R\$ 250 milhões; bem como a perfuração de poços, tanto em terra como em mar, trazendo benefícios, desde a ampliação da rede elétrica na região até a doação de um poço d'água para 61 famílias do assentamento lagoa de baixo, localizado a oito quilômetros de Guamaré, que faz parte do projeto Molhar a terra, do programa Fome Zero. Há a perspectiva

da construção de um grande parque eólico na região do Mioto, perto da divisa com o Município de Macau.

Na Carcinocultura existe uma ampliação, em torno de 15% na produção de camarão em cativeiro, onde se destaca a Cooperaqua, uma cooperativa aberta para trabalhar em conjunto com a prefeitura de Guamaré, visando a melhoria das condições socioeconômicas e ambientais da região, com o objetivo de adquirir uma sede como infra-estrutura de apoio, com depósito de insumos(compra e venda), escritório, laboratório de análises de água, solo e monitoramento da saúde do camarão, além de promover treinamentos e cursos para melhorar a capacitação profissional e incentivar o empreendedorismo entre os cooperados.

3. Dinamização e diversificação da base econômica:

4.2.2 Investimento Público

➤ Promover a melhoria da infra-estrutura turística da cidade.

A distribuição dos recursos financeiros a nível federal é em torno de R\$16 milhões; a nível estadual de R\$ 400 mil, a nível municipal de R\$ 224 milhões ;e R\$ oito milhões, provenientes de outros recursos financeiros no período de 4 anos. Esses recursos serão distribuídos de acordo com os seguintes programas:

➤ Recuperação e Pavimentação das estradas e ruas.

1. Modernização da gestão pública:

- Manutenção da atividades operacionais;
- Modernização da arrecadação tributária;
- Reaparelhamento e Modernização da secretarias;
- Centro administrativo;

2. Inclusão Social:

- Capacitação profissional;
- Atendimento à criança e ao adolescente;
- Atendimento a mulher;
- Alfabetização de jovens e adultos – EJA;
- Formação de Professores e profissionais da educação;
- Cultura e esporte;
- Saneamento básico;
- Centro de capacitação;
- Justiça cidadã;

- Ensino superior para todos;
- Educação ambiental;
- Fortalecimento da pesca artesanal;
- Trânsito seguro;
- Saneamento ambiental;
- Saúde da família;
- Distribuição de Medicamentos a população carente;
- Atenção ao portador de necessidade especial e ao diabético;
- Transporte escolar;

3. Dinamização e diversificação da base econômica:

- Promover a melhoria da infra-estrutura turística da cidade;
- Planejar e articular o desenvolvimento econômico do Município estimulando os agentes produtivos locais e atraindo agentes externos;
- Criar espaços urbanísticos que proporcionem maior integração social e amenizem a temperatura nas áreas urbanas;
- Recuperação e Pavimentação das estradas e ruas;

4.3 DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO DE GUAMARÉ

São Muitos os desafios a serem enfrentados pelos governantes e a sociedade de uma forma geral, na busca de soluções que, de fato, promovam a inclusão social de uma grande parcela da população, hoje distante da maioria de seus direitos, e principalmente de uma ocupação que lhes permita o atendimento de suas necessidades mais primárias. Nesse sentido, é crucial que o gestor público conheça os anseios e as reais necessidades do seu município, para a definição da política pública mais adequada à realidade socioeconômica. Os principais desafios do município de Guamaré dividem se em:

- Econômicos: Conforme dados da ANP, o petróleo produzido na bacia de Guamaré tem vida útil de 32 anos; por isso o principal desafio econômico será ao longo dos anos, substituir a atividade econômica pela dependência petrolífera;

- Sociais: O baixo nível de IDH, o índice de analfabetismo em dois anos, a redistribuição da renda baseados na qualificação profissional e desenvolvimento econômico;
- Ambientais: Preservar as belezas naturais sem prejudicar o desenvolvimento econômico necessário;
- Comunitários: Transformar a sociedade com consciência política social de acordo com a realidade local e regional;
- Políticos: Fazer uma transformação política voltada à preservação dos bens públicos; e conscientização social;
- Outros: A infra-estrutura urbana e rural que não supri os gargalos das deficiências de mobilidade da sociedade e das empresas; a redução dos índices de insegurança e combate à prostituição, principalmente, a infantil, socializando os jovens e adolescentes para não se encaminharem para as drogas.

Estes desafios só serão conduzidos mediante um planejamento municipal adequado e elaborado de forma participativa, numerando as prioridades, a curto, médio e longo prazos, como principal instrumento da administração, promovendo o desenvolvimento sócio econômico sustentável.

Porém, pensar neste desenvolvimento é integrar todas as necessidades básicas do ser humano, que também passam pela subsistência e vai até a necessidade de proteção, afeto, entendimento, participação, lazer, criatividade, identidade e liberdade. Sendo visto que a inclusão social deixará de ser uma utopia e se efetivará na medida em que todas essas necessidades forem reconhecidas, incorporadas, integradas e satisfeitas.

O Município é hoje uma entidade que, de fato e direito, se transformou no palco de todas as ações de interesse direto e imediato das comunidades. Essa relação de proximidade, sem dúvida, que é um avanço no trato e solução das grandes questões sócias e econômicas. Todavia, seu sucesso esteve intimamente relacionado à efetividade de ações educativas de amplo alcance, com envolvimento e participação efetiva da sociedade e suas comunidades.

E para Guamaré responder com dinamismo e firmeza aos desafios políticos, econômicos e sociais, não se faz uso da sorte e da casualidade, mas do estabelecimento de objetivos claros e aplicação correta de estratégias bem definidas para fazer possível o que todos desejam: construir uma sociedade mais próspera e com maior grau de inclusão social; isso requer atuar com sensibilidade, para saber o

que manter e o que modificar, assegurando a eficácia de suas ações. Sugere-se o uso da informação como a mais importante ferramenta para que o planejamento, as decisões e as ações dos gestores não sejam baseados em dados subjetivos, ou conhecimentos ultrapassados. É o uso adequado da informação que permite facilitar a formulação e avaliação das políticas, planos e programas do governo municipal, subsidiando o processo de tomada de decisões, com a integração e a articulação de todas as secretarias junto à sociedade de Guamaré.

TABELA 1 - População

4.4 LEVANTAMENTO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ

Rural	532	53,1%
Urbana	480	46,9%

A população de Guamaré é hoje de 9.597 pessoas, com uma taxa anual de 3% de crescimento demográfico. Neste relatório foram realizadas visitas em 516(quinhentos e dezesseis) residências e foram entrevistados 1.040(um mil e quarenta) moradores, que corresponde ao percentual de 8,9% da população. Foram realizadas coletas de informações, através de um questionário previamente elaborado, em conjunto com a secretaria de planejamento de Guamaré, que consta em anexo. Os dados obtidos foram assim apresentados:

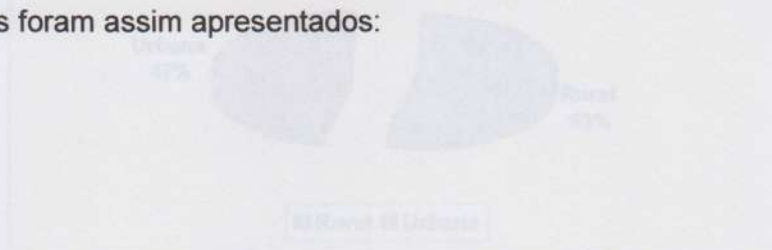


GRÁFICO 1 - População
Fonte: Adaptação de Melo (2005)

1. População

Conforme pode ser visualizado no gráfico abaixo foram entrevistados 53% de indivíduos na zona rural e 47% na zona urbana, representando um equilíbrio na constatação dos indicadores.

TABELA 1 – População

RESPOSTA	N.º Entrevistados	%
Rural	552	53,1%
Urbana	488	46,9%
TOTAL	1040	100%

Fonte: Adaptação de Melo (2005)

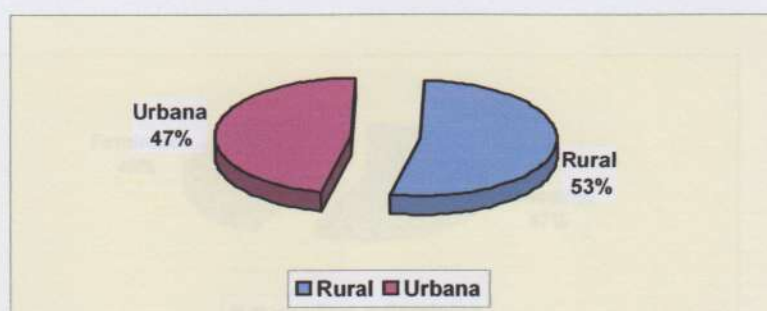


GRÁFICO 1 – População

Fonte: Adaptação de Melo (2005).

2. Sexo

Dos entrevistados 57% foram do sexo masculino e 43% do sexo feminino.

TABELA 2 – Sexo

RESPOSTA	N.º Entrevistados	%
masculino	593	57%
Feminino	447	43%
TOTAL	1040	100%

Fonte: Adaptação de Melo (2005).

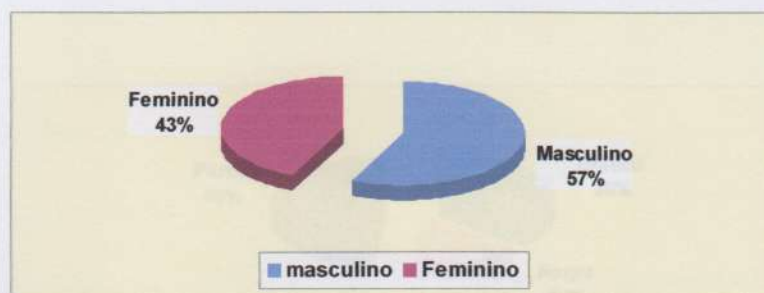


GRÁFICO 2 - Sexo

Fonte: Adaptação de Melo (2005).

3. Raça e cor

Em relação à cor os entrevistados se identificaram como 48,0% da cor parda, 36,0% da cor branca e 16,0% da cor negra.

TABELA 3 – Raça e Cor

RESPOSTA	N.º Entrevistados	%
Branca	375	36,1%
Negra	166	16%
Parda	499	48%
TOTAL	1040	100%

Fonte: Adaptação de Melo (2005).

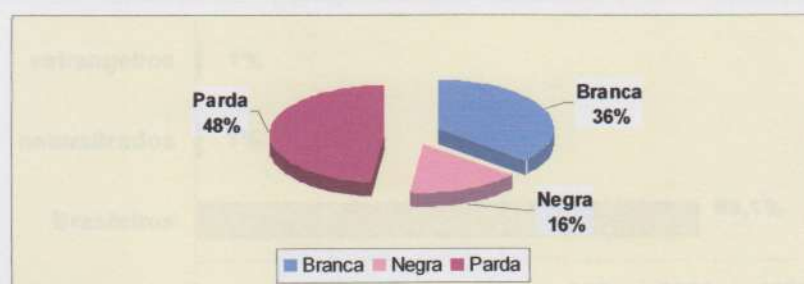


GRÁFICO 3 – Raça e Cor

Fonte: Adaptação de Melo (2005).

4. Nacionalidade

Dos sujeitos entrevistados 98% são brasileiros, 1% naturalizados e 1% estrangeiros.

TABELA 4 - Nacionalidade

RESPOSTA	N.º Entrevistados	%
Brasileiros	1020	98,1%
naturalizados	10	1%
estrangeiros	10	1%
TOTAL	1040	100%

Fonte: Adaptação de Melo (2005).

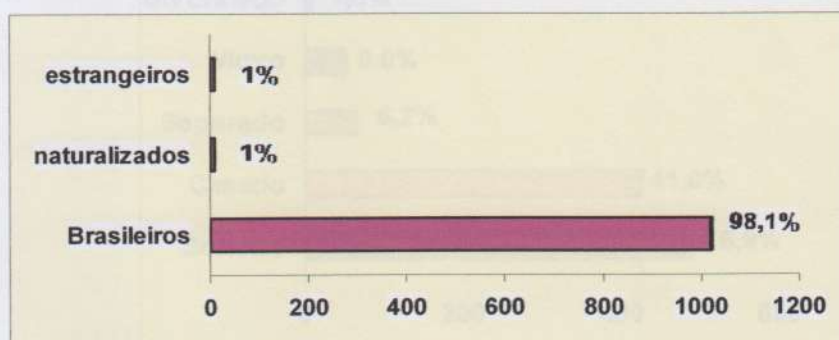


GRÁFICO 4 - Nacionalidade

Fonte: Adaptação de Melo (2005).

5. Estado Civil

Com relação ao estado civil, 46,9% dos entrevistados são solteiros, 41% casados, 5% viúvos, 6,2% são separados e 1% divorciados.

TABELA 5 - Estado Civil

RESPOSTA	N.º Entrevistados	%
Solteiro	488	46,9%
Casado	426	41%
Separado	64	6,2%
Viúvo	52	5%
Divorciado	10	1%
TOTAL	1040	100%

Fonte: Adaptação de Melo (2005).

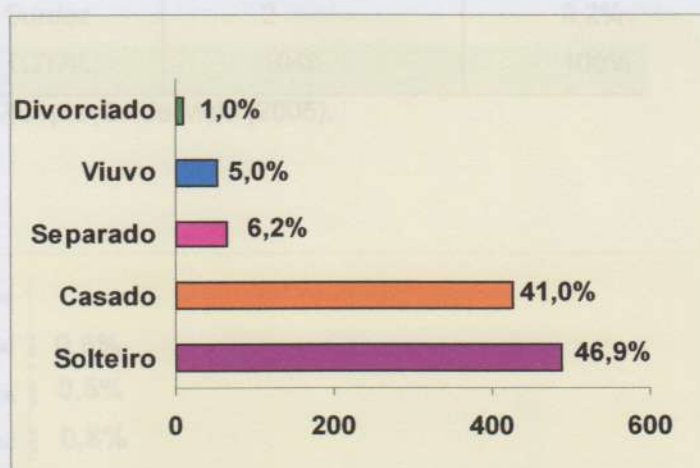


GRÁFICO 5 - Estado civil

Fonte: Adaptação de Melo (2005).

6. Deficiência

O percentual de deficientes no município é pequeno: apenas 4,1% sendo de 1% cegos, 0,8% deficientes físicos, 0,6% deficientes mentais, 0,8% mudos, 0,2% surdos e 0,9% outros tipos de deficiências.

TABELA 6 - Deficiência

RESPOSTA	N.º Entrevistados	%
Nenhuma	997	95,9%
Cegueira	10	1%
Outra	9	0,9%
Mudez	8	0,8%
Física	8	0,8%
Mental	6	0,6%
Surdez	2	0,2%
TOTAL	1040	100%

Fonte: Adaptação de Melo (2005).

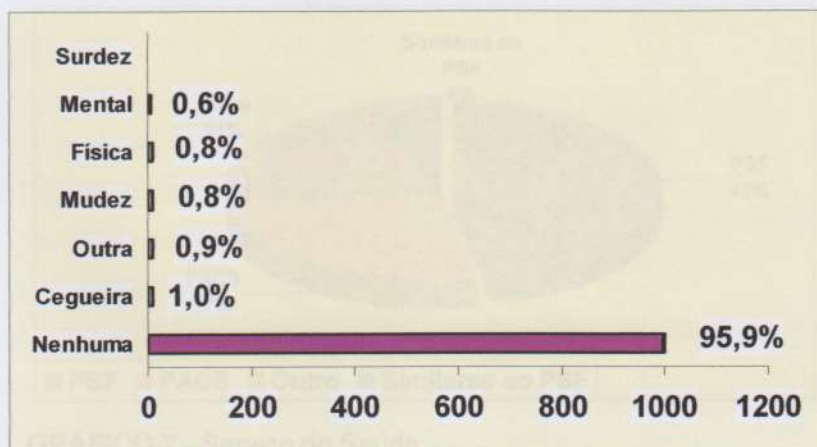


GRÁFICO 6 - Deficiência

Fonte: Adaptação de Melo (2005).

7. Serviço de saúde

Com relação ao serviço de saúde pelos programas atualmente existentes, foi verificado que o município tem cobertura de 7,4% pelos programas de saúde da família – PSF e programa de agentes comunitários de saúde – PACS, 21% não souberam dizer o tipo de atendimento e 5% referiram ser atendidos por programas similares ao PSF.

TABELA 7 - Serviços de saúde

RESPOSTA	N.º Entrevistados	%
PSF	488	47%
PACS	280	27%
Outro	218	21%
Similares ao PSF	54	5%
TOTAL	1040	100%

Fonte: Adaptação de Melo (2005).

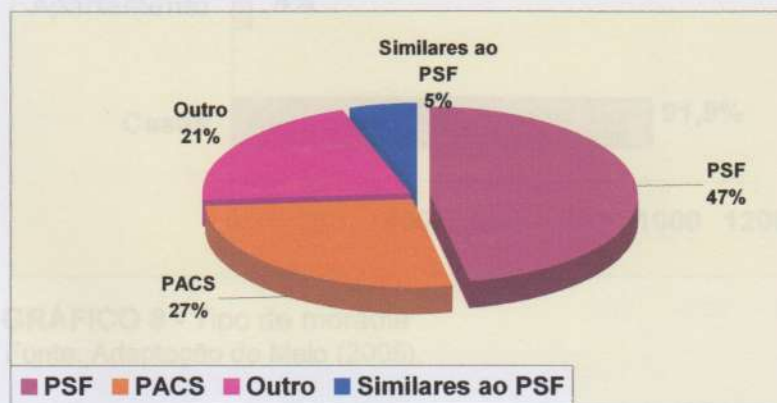


GRÁFICO 7 - Serviço de Saúde
Fonte: Adaptação de Melo (2005).

8. Tipos de moradia

Em relação ao tipo de moradia pode se verificar que 92% da população reside em casas, 4% em apartamentos (casa com andar superior) e 4% em outro tipo (casebres, barracos, etc.).

TABELA 8 - Tipos de moradia

RESPOSTA	N.º Entrevistados	%
Casas	956	92%
Apartamento	42	4%
Casebres	42	4%
TOTAL	1040	100%

Fonte: Adaptação de Melo (2005).

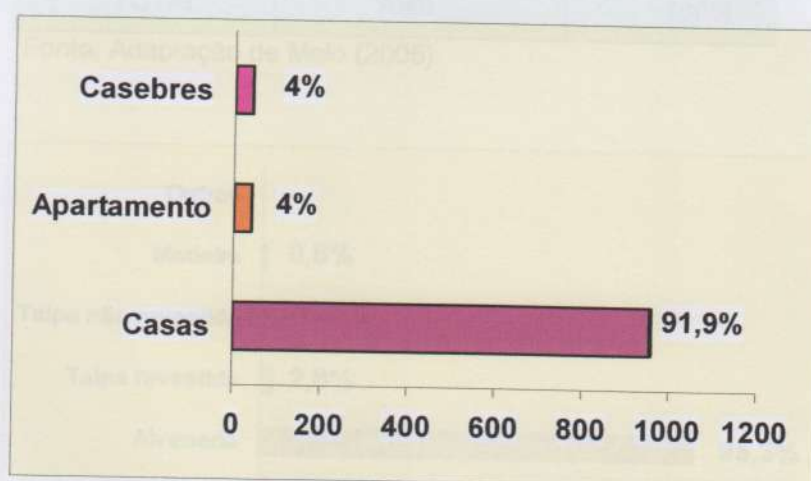


GRÁFICO 8 - Tipo de moradia
Fonte: Adaptação de Melo (2005).

9. Tipos de construção

Os tipos de construção presentes na amostra foram: 95,3% casas de alvenaria, 2,8% casas de taipa revestida, 1% de casas de taipa não revestida, 0,8% de casas de madeira e 0,2% outro tipo de revestimento(papelão, zinco, etc...).

TABELA 9 - Tipos de Construção

RESPOSTA	Nº Entrevistados	%
Alvenaria	991	95,3%
Taipa revestida	29	2,8%
Taipa não revestida	10	1%
Madeira	8	0,8%
Outros	2	0,2%
TOTAL	1040	100%

Fonte: Adaptação de Melo (2005).

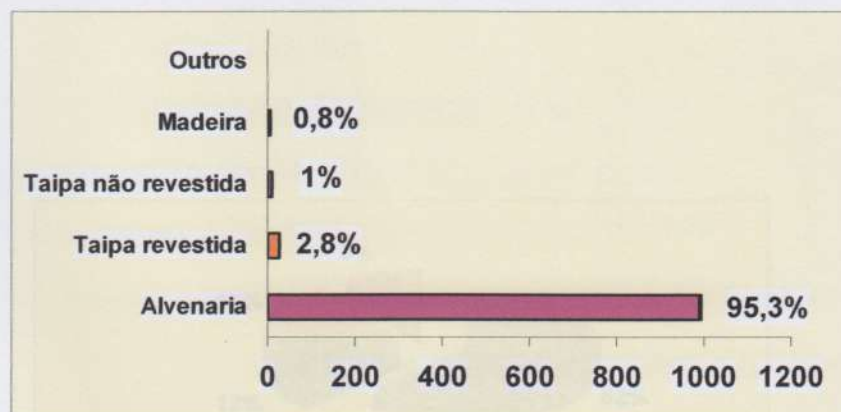


GRÁFICO 9 -Tipos de construção

Fonte: Adaptação de Melo (2005).

GRÁFICO 10 - Abastecimento de água

Fonte: Adaptação de Melo (2005).

10. Abastecimento de água

Com relação ao abastecimento de água verifica-se que 62% das residências contam com abastecimento da rede pública, 17% tem água de carro pipa, 12% obtém água de poços ou nascentes e 9% de cacimbas, etc.

TABELA 10 - Abastecimento de água

RESPOSTA	Nº Entrevistados	%
Rede pública	644	62%
Poço/nascente	125	12%
Carro pipa	176	17%
Outro	95	9%
TOTAL	1040	100%

Fonte: Adaptação de Melo (2005).

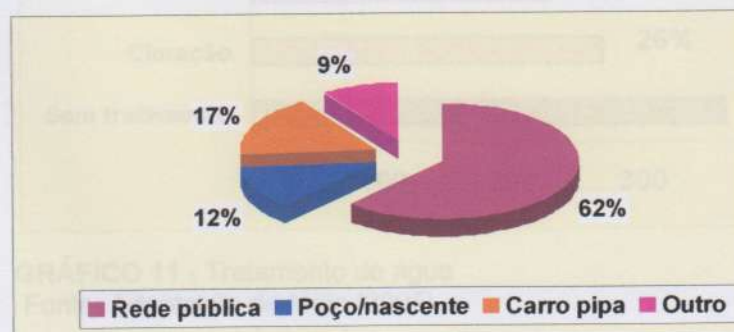


GRÁFICO 10 - Abastecimento de água

Fonte: Adaptação de Melo (2005).

11. Tratamento de água

O tratamento da água é realizado da seguinte forma: 26% através da cloração, 15% filtração, 1,9% fervem a água, 35%compram água mineral e não fazem nenhum tipo de tratamento.

TABELA 11 – Tratamento de água

RESPOSTA	Nº Entrevistados	%
Sem tratamento	364	35%
Cloração	270	26%
Outro	230	22,1%
Filtração	156	15%
Fervura	20	1,9%
TOTAL	1040	100%

Fonte: Adaptação de Melo (2005).

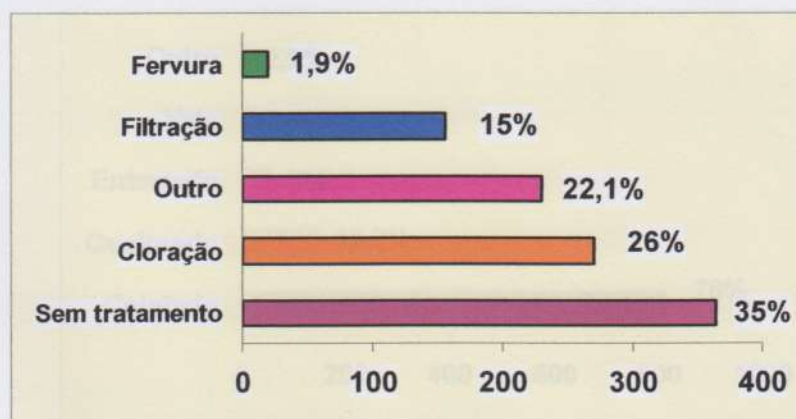


GRÁFICO 11 - Tratamento de água

Fonte: Adaptação de Melo (2005).

12. Destino do lixo

O destino do lixo nas comunidades pesquisadas foi constatado que 78% é coletado pelos carros de coleta pública, 13,9% é queimado, 5% enterrado e 0,9% é coletado em valas.

TABELA 12 – Destino do lixo

RESPOSTA	Nº Entrevistados	%
Coletado	811	78%
Queimado	145	13,9%
Enterrado	52	5%
Vala	9	0,9%
Outro	23	2,2%
TOTAL	1040	100%

Fonte: Adaptação de Melo (2005).

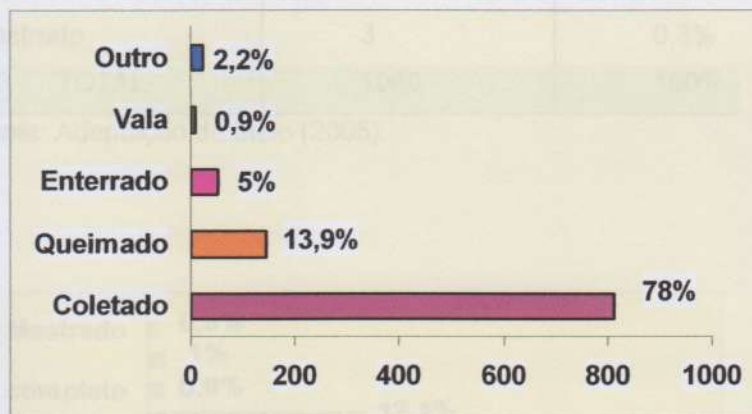


GRÁFICO 12 - Destino do lixo

Fonte: Adaptação de Melo (2005).

13. Escolaridade

Com relação ao nível de escolaridade foi verificado que 26% dos entrevistados cursarão até a 4ª série do primeiro grau, 21,9% cursam da 5ª a 8ª série do primeiro grau, 17% são analfabetos, 16,9% tem o ensino médio incompleto, 12,1% tem o ensino médio completo, 3% tem o ensino fundamental completo, 1% tem o ensino superior incompleto, 0,9% tem o ensino superior completo e 0,3% tem o mestrado.

TABELA 13 - Escolaridade

RESPOSTA	Nº Entrevistados	%
Analfabeto	177	17%
Até a 4ª série completa	280	26,9%
De 5ª à 8ª série	228	21,9%
Fundamental completo	31	3%
Médio incompleto	176	16,9%
Médio completo	126	12,1%
Superior completo	9	0,9%
Superior incompleto	10	1%
Mestrado	3	0,3%
TOTAL	1040	100%

Fonte: Adaptação de Melo (2005).

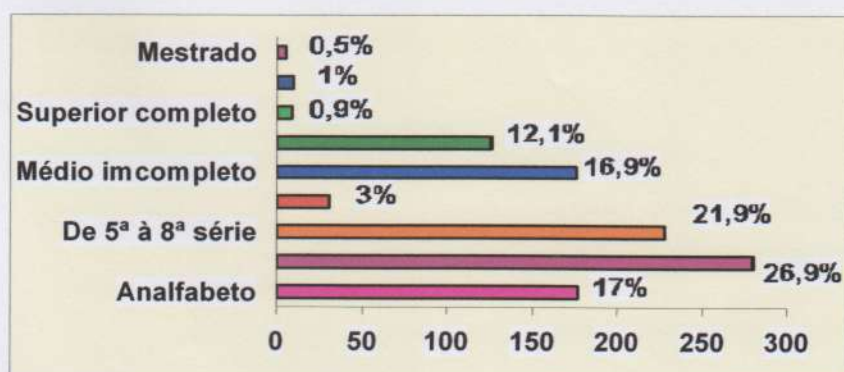


GRÁFICO 13 - Escolaridade

Fonte: Adaptação de Melo (2005).

14. Mercado de trabalho

Do percentual de pessoas entrevistadas 49,2% não estão trabalhando atualmente, 13% são assalariados e com carteira de trabalho assinada, 9,7% são aposentados ou pensionistas, 11% são assalariados sem carteira de trabalho assinada, 6,6% são profissionais autônomos que não recolhem INSS, 4% são trabalhadores rurais, 2,4% estão empregados, 0,5% são profissionais autônomos que pagam INSS e 3,6% são artesãos.

TABELA 14 - Mercado de trabalho

RESPOSTA	Nº Entrevistados	%
Não trabalha	512	49,2%
Assalariado com CTPS	135	13%
Assalariado sem CTPS	114	11%
Aposentado/Pensionista	101	9,7%
Autônomo sem Prev.Social	69	6,6%
Trabalhador Rural	42	4%
Outra	37	3,6%
Empregado	25	2,4%
Autônomo com Prev.Social	5	0,5%
TOTAL	1040	100%

Fonte: Adaptação de Melo (2005).

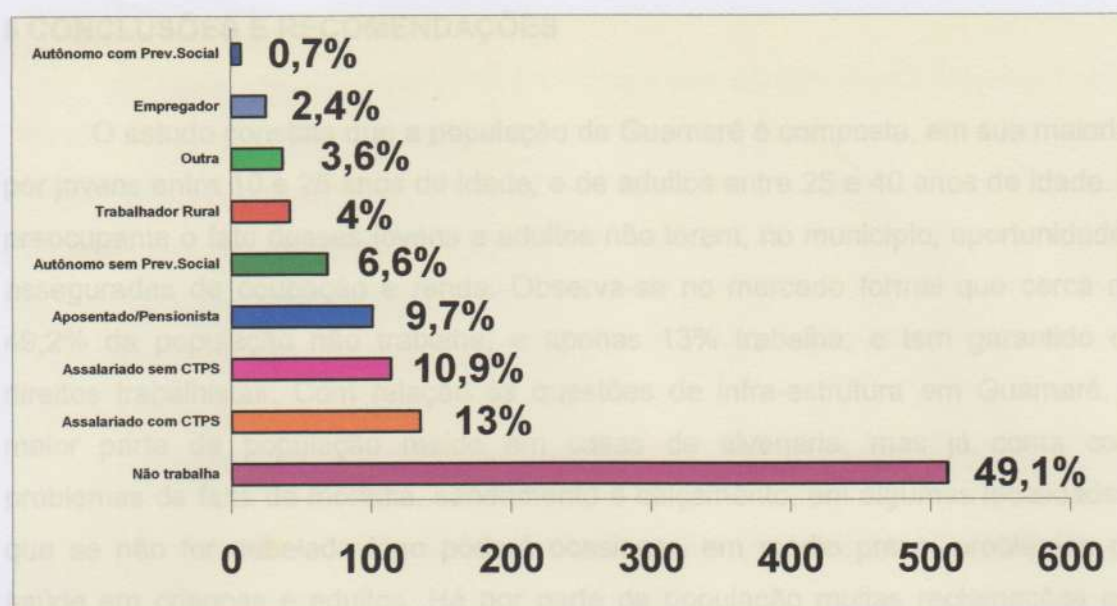


GRÁFICO 14 – Mercado de trabalho

Fonte: Adaptação de Melo (2005).

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O estudo constata que a população de Guamaré é composta, em sua maioria, por jovens entre 10 e 25 anos de idade; e de adultos entre 25 e 40 anos de idade. É preocupante o fato desses jovens e adultos não terem, no município, oportunidades asseguradas de ocupação e renda. Observa-se no mercado formal que cerca de 49,2% da população não trabalha, e apenas 13% trabalha; e tem garantido os direitos trabalhistas. Com relação às questões de infra-estrutura em Guamaré, a maior parte da população reside em casas de alvenaria, mas já conta com problemas de falta de moradia, saneamento e calçamento, em algumas localidades, que se não for debelada logo poderá ocasionar, em médio prazo, problemas de saúde em crianças e adultos. Há por parte da população muitas reclamações em relação à água que abastece as residências, que não tem boa qualidade de tratamento, tanto que a maioria do pessoal compra água mineral para o consumo. O índice de analfabetos ainda é grande (17%) e precisa ser eliminado através dos cursos de educação para jovens e adultos; e da garantia de que as crianças tenham acesso às escolas de ensino básico e fundamental. À assistência à saúde consegue atender 74,0% da população, com o programa saúde da família (PSF) e postos de saúde em todos os distritos. Felizmente, o número de deficientes no Município é pequeno, mas as novas construções já devem ser planejadas, contando com rampas de acesso para deficientes físicos. O meio ambiente em Guamaré requer uma preocupação do gestor municipal, pois se trata de um município com rios, praias, e outras áreas que devem ser utilizadas com manejo e preservação. Necessita de um plano de gestão ambiental, precedido de um amplo estudo das riquezas e formas de uso. A SEMEARH (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Guamaré) já tem alguns projetos em prática, como a Onda Limpa, que defende a racionalização dos recursos e a reciclagem do lixo, que é um grave problema no Município. Vale ressaltar que a falta de um planejamento na gestão pública em Guamaré interferir significativamente no seu desenvolvimento socioeconômico, principalmente pela falta de uma infra-estrutura adequada, onde seja formada a mão-de-obra local que hoje é considerado o maior desafio a ser enfrentado, sendo necessário, portanto, que o gestor do município invista em cursos de capacitação dos profissionais, e em captação de empresas que se instalem no município, garantindo postos de trabalho aos habitantes locais.

Recomendasse às secretárias municipais que trabalhem em conjunto com a secretária de planejamento na elaboração de seus objetivos e metas a serem alcançados, e com a câmara municipal, com os projetos requeridos. Tudo de acordo com o que é considerado de mais urgência para o funcionamento da máquina administrativa pública, diagnosticando o que pode ser feito no curto prazo e no longo prazo para suprir os anseios da população e o desenvolvimento do município. Seguem algumas recomendações por segmentos:

- Educação e capacitação profissional: Fazer um levantamento prévio das necessidades de competências pelas empresas já instaladas e se instalarem para realização de cursos de capacitação de profissionais que possibilite os jovens ao estágio nas mesmas para posterior ocupação de postos. A escola, por sua vez deve buscar manter um elevado índice de qualidade no ensino, para manter crianças estimuladas e diminuir o índice de evasão, através da capacitação contínua e planejada de seus profissionais, em parceria com as universidades e faculdades presentes no estado, que poderiam garantir a capacitação docente, através de cursos de atualização e especialização dos profissionais da educação, provocando a motivação tão importante à melhoria da atuação profissional.
- Lazer e cultura: É importante pensar em alternativas de esporte e lazer, com a criação de uma infra-estrutura que estimule o surgimento de outros esportes que possam revelar talentos naturais de ambos os sexos (Volley de praia, futebol de areia, atletismo, basquete, natação, etc...). É importante também investir na criação de um espaço cultural multiuso, que poderia abrigar um teatro municipal, museu, sala de cinema e sala e exposição dos artistas locais. Um espaço assim possibilitará a realização de cursos para crianças e adultos nas mais diversas áreas artísticas. Além, do sucesso que tal espaço faria despertar a vocação turística natural do Município.
- Turismo: Quanto ao turismo, é necessário criar um plano de desenvolvimento turístico para o município em parceria com a

secretaria estadual de turismo de estado que divulgue as belezas naturais existentes; mas antes, é preciso prover a cidade de condições de infra-estrutura para receber os turistas, já que faltam pousadas, as quais sempre estão ocupadas pelos funcionários das empresas que atuam nas atividades de exploração de petróleo promovidas pela Petrobrás.

- Mercado de trabalho: Além da capacitação da população local na indústria petroquímica, diminuindo o custo das empresas parceiras com mão de obra exportada, é necessário investir em atividades alternativas, já que o petróleo é um recurso esgotável, como o turismo, a indústria têxtil, o comércio e a pesca artesanal, que deve sofrer um processo de revitalização, com a capacitação dos pescadores e incentivos fiscais para aquisição de equipamentos e insumos necessários, buscando a parceria com a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca do RN (SAPE) e também com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) do governo federal. A agricultura familiar deve ser estimulada através da parceria com o governo federal, para implantação de programas de apoio a agricultura familiar (PRONAF) e distribuição de sementes no município.
- Infra-estrutura: É um desafio a ser solucionado a um longo prazo, mas nada impossível, começando com a qualidade e o abastecimento eficaz da água que poderia ser solucionado com a revitalização de alguns poços, bem como a transposição da adutora Armando Ribeiro, que segue do Município de Macau para Barreiros e depois para o distrito de baixa do Meio, próximo a Guamaré, o destino do lixo com a criação de uma usina de reciclagem e a modernização dos serviços públicos e privados tanto para a população local, como para os prestadores de serviços da indústria petroquímica que propôs a instalação do regime administrativo da Petrobrás no Município, mas o mesmo, não tem capacidade de acolhimento de seus funcionários

Finalizando, recomenda-se o alerta à gestão pública atual, da importância da de um planejamento prévio de todas as ações a serem desenvolvidas no âmbito do Município, que permita vislumbrar o desenvolvimento sustentável local, considerando que é essencial a qualquer política de governo, a participação popular como forma de afirmação da cidadania e também como estratégia de democratização e controle social da gestão pública.

BANCO DO NORDESTE. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, abr/jun, 1980.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 13. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CERTO, Samuel C.; FERTER, J. Paul. Administração estratégica: planejamento e implantação da estratégia. São Paulo: Makro books, 1993.

CLARCK, Giovani. Planejamento Municipal. Disponível em: <www.fda.org.br/planejamento/muni>. Acesso em: 11 maio 2005.

COLMAN, David. Desenvolvimento econômico: uma perspectiva moderna. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981.

COLMAN, David; NIXSON, Frederick. Desenvolvimento econômico: uma perspectiva moderna. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

CRITELLI JUNIOR, José. Direito administrativo municipal. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1981.

GIACOMONI, James. Bases Normativas do plano Plurianual. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro v. 38, jan./fev. 2004.

_____. Orçamento Público, 10. ed. Revista e atual. São Paulo: Atlas, 2001.

HOLANDA, Antonio Nilson Craveiro. A política do desenvolvimento do nordeste. Fortaleza: Banco do Brasil do Nordeste, 1979.

HOSELTZ, Bert F. Aspectos sociológicos do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Hermógenes. **Organização social e política brasileira**. Rio de Janeiro: GB/ Editora Minerva, 1968.

ARAÚJO, Matilde Medeiros de. Apostila de gestão pública e pós graduação. **Críticos de excelência no serviço público**. UFRN 2001-2002.

BANCO DO NORDESTE. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, abr/jun. 1980.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 13. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CERTO, Samuel C.; PERTER, J. Paul. **Administração estratégica**: planejamento e implantação da estratégia. São Paulo: Makro books, 1993.

CLARCK, Giovani. **Planejamento Municipal**. Disponível em: <www.fde.org.br/planejamentohtml>. Acesso em: 11 maio 2005.

COLMAN, David. **Desenvolvimento econômico**: uma perspectiva moderna. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981.

COLMAN, David; NIXSON, Frederick. **Desenvolvimento econômico**: uma perspectiva moderna. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

CRITELLA JUNIOR, José. **Direito administrativo municipal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1981.

GIACOMONI, James. Bases Normativas do plano Plurianual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro v. 38, jan. /fev. 2004.

_____. **Orçamento Público**. 10. ed. Revista e atual. São Paulo: Atlas, 2001.

HOLANDA, Antonio Nilson Craveiro. **A política do desenvolvimento do nordeste**. Fortaleza: Banco do Brasil do Nordeste, 1979.

HOSELITZ, Bert F. **Aspectos sociológicos do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. **Plano Plurianual 2006-2009**. Guamaré, 2005.

INSTITUTO SZERDEDELLO CORREA. **Prêmio Szerdello Correa**. Brasília: TCU, 2002.

KISIL, Marcos; MARCOVITCH, Jacques. **3º Setor**: desenvolvimento social sustentado. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MELO, Itaécio Vícerio de. **Relatório dos indicadores socioeconômico do município de Guamaré 2005**. Organizado pela secretária de planejamento de Guamaré.

MIRANDA, Carlos et al. **Planejando o desenvolvimento sustentável**: a experiência recente do nordeste do Brasil. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1999.

NATAL. Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica. **Seminário de Participação Social no PPA 2006-2009**. Natal: [s.n], 2005. (Apostila distribuída no Seminário).

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1998.

OLIVEIRA, Wéder. **Lei de responsabilidade fiscal**: Principais aspectos concernentes aos municípios. Disponível em: <www.tem.go.gov.br> Acesso em: 23 novembro 2005.

RIO GRANDE DO NORTE. **Plano de desenvolvimento sustentável da zona homogênea do litoral norte**. Conselho de desenvolvimento sustentável da zona homogênea do litoral norte: Instituto Interamericano de cooperação para a agricultura. Natal: [s. n.], 2002.

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XXI)**: 500 anos da história econômica do Rio Grande do Norte. 2. ed. Natal: Departamento de Imprensa do estado, 2001.

SOUZA, João Gonçalves de. **O Nordeste brasileiro**: uma experiência de desenvolvimento regional. Fortaleza: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

TAVARES, Mauro Calixta. **Gestão estratégica**. São Paulo: Atlas, 2000.

TONET, Helena. **A lei de responsabilidade fiscal**: uma abordagem gerencial. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2001.

APÊNDICE

Guanambi

1 - População

() Rural

() Urbana

2 - Sexo

() Feminino

() Masculino

3 - Raça e Cor

() Branco

() Negra

() Parda

4 - Nacionalidade

() Brasileiro

() Brasileiro naturalizado

() Estrangeiro

5 - Estado Civil

() Solteiro

() Casado

() Divorciado

() Separado

() Viúvo

6 - Deficiência

() Ceguera

() Mudez

() Surdez

() Mental

() Física

APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário dos indicadores sócio-econômicos de
Guamaré

1- População

() Rural

() Urbana

2 - Sexo

() Feminino

() Masculino

3 - Raça e Cor

() Branca

() Negra

() Parda

4 - Nacionalidade

() Brasileiro

() Brasileiro naturalizado

() Estrangeiro

5 - Estado Civil

() Solteiro

() Casado

() Divorciado

() Separado

() Viúvo

6 - Deficiência

() Cegueira

() Mudez

() Surdez

() Mental

() Física

☐) Nenhuma

☐) Outra

7 - Serviço de saúde

☐) PSF

☐) PACS

☐) Similares ao PSF

☐) Outros

8 - Tipos de Moradia

☐) Casa

☐) Apartamento

☐) Outros

9 - Tipos de construção

☐) Tijolo/Alvenaria

☐) Taipa revestida

☐) Taipa não revestida

☐) Madeira

☐) Outros

10 - Abastecimento de água

☐) Rede pública

☐) Poço/Nascente

☐) Carro pipa

☐) Outro

11 - Tratamento da água

☐) Filtração

☐) Fervura

☐) Cloração

☐) Sem tratamento

☐) Outro

12 - Destino do lixo

- ☐ Coletado
- ☐ Queimado
- ☐ Enterrado
- ☐ Vala
- ☐ Outro

13 - Escolaridade

- ☐ Analfabeto
- ☐ Até 4ª série completa
- ☐ com a 4ª série completa
- ☐ De 5ª a 8ª série
- ☐ Fundamental completo
- ☐ Médio incompleto
- ☐ Médio completo
- ☐ Superior incompleto
- ☐ Superior completo
- ☐ Mestrado

14- Mercado de trabalho

- ☐ Empregado
- ☐ Assalariado sem CTPS
- ☐ Autônomo sem Prev. Social
- ☐ Trabalhador Rural
- ☐ Não trabalha
- ☐ Assalariado com CTPS
- ☐ Autônomo com Prev. Social
- ☐ Aposentado/Pensionista
- ☐ Outro

ANEXO A - Vista aérea do município de Guamaré



ANEXOS

ANEXO B - Foto do rio Guamaré



ANEXO A – Vista área do município de Guamaré



ANEXO B – Pólo industrial de Guamaré



ANEXO C - Fauna de Guamaré



ANEXO D - Trapiche de Guamaré



ANEXO E – Pracinha de Guamaré



ANEXO F – Produção salineira de Guamaré

